ANO 4 Nº 1 JAN./FEV./MARÇO 1994

jan./mar. 1994 ex.2



ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Rua da Candelária, 9 - sala 1004 Rua da Candelária, 10 - sala 10

A Associação dos Arquivistas Brasileiros mani-festa à Fundação Getúlio Vargas seu reconhecimento festa à Fundação de três salas onde, durante 17 anos, ficou pela cessão de três salas onde, durante 18 april 19 anos, ficou pela cessão de três salas onde, durante 19 anos, ficou

EDITORIAL

JOSÉ LAZARO DE SOUZA ROSA A AAB TEM NOVA SEDE Conselheiro e Membro Honorário da AAB Consultor Técnico na Área Micrográfica e de Documentação A partir de 18 de abril de 1994, a Associação dos eu Arquivistas Brasileiros passou a funcionar em seu Arquivistas partir de 18 de abril de 1994, a Associação dos seu a funcionar em seu Arquivistas Brasileiros passou a funcionar em seu arquivistas passou a funcionar em seu arquivista passou a f

novo endereço.

O homem se encontra no limiar de um novo período de inovação tecnológica. Novas descobertas são anunciadas diariamente. sente-se que a grande preocupação é com a produtividade informacional, condicionando o segundo plano a produtividade material.

A informação está, portanto, no centro das necessidades econômicas da sociedade moderna e esta se desenvolve em função da produção e do uso de valores informacionais.

ediada. AB presta também uma homenagem póstuma ex. Presto do la companio ex. Presto do la companio ex. Presto do la companio ex. Diretora ivas, muto especial ao Dr. Luiz Simões Lopes, pelo apoio que deles muto especial ao Br. Neuza Feital, ex. Pelo apoio que deles dene da Brasileiro de pelo apoio que deles la cooperação e pelo apoio que deles la cooperação deles la coopera É evidente que está caracterizada a evolução da sociedade da informação e, por conseguinte, identificados aqueles que trabalham com a informação, quer utilizando-a, multiplicando-a, ou como seus depositários e guardiães. Entre os profissionais que na época atual exercem essa função relevante, o arquivista é peça fundamental, capaz de aumentar a fronteira do conhecimento humano.

Segundo Yoneji Masuda, pioneiro da informatização no Japão, as indústrias do conhecimento se desenvolvem depois que as indústrias da informação já existam.

O profissional de arquivo armazena a informação em todos os estágios, preservando o passado e influindo no planejamento do presente e do futuro. Missão espinhosa, onde o reconhecimento se faz tímido, obrigando-o a permanente luta por um espaço que a história já reconheceu como sendo de sua propriedade desde os primórdios da existência da humanidade. O arquivista moderno é o profissional que deve estar atualizado com a evolução das técnicas, até porque assim o exige a própria Regulamentação da profissão (Lei nº 6.546 de 4 de julho de 1978) Art. 2º e Art. 3º, quando especifica suas atribuições e identifica como de sua responsabilidade as atividades de serviços

micrográficos, automação e processamento eletrônico de dados, aplicados em arquivos.

> Seria agora inócua a discussão sobre a importância maior dessa ou daquela tecnologia. A palavra do momento é INTEGRAÇÃO, integração de novas técnicas, uma complementando a outra, somando, crescendo sem li-

O desenvolvimento de uma Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas, hoje extinto, pela cooperação e pelo apoio que deles hoje extinto, pela cooperação e pelo apoio que deles sempre recebeu. Nação não é proporcional às suas dimensões territoriais, mas sim à sua capacidade de pesquisa e consequente aprimoramento tecnológico. As novas tecnologias, quando adequadamente integradas, estão causando acentuada evolução dos conceitos e procedimentos estabele-

cidos. Nesta visão, o Seminário INTEGRAÇÃO DE TEC-NOLOGIAS NO PROCESSAMENTO DA INFORMA-ÇÃO, evento a ser promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros nos dias 19 e 20 de maio próximo, no Rio de Janeiro, Hotel Novo Mundo, será uma grande oportunidade para todos os arquivistas reciclarem seus conhecimentos. Oito profissionais de grande experiência e qualificação, vão estar apresentando e debatendo assuntos relativos às modernas técnicas aplicadas aos arquivos. Eventos como esse, constituirão o início de uma série de outros, pois a AAB está empenhada não só na valorização do profissional de arquivo, como também na atualização de seus conhecimentos e especializações.

Compareçam. Participem.

O projeto Boletim Informativo conta com o apoio da Filiperson Papéis Especiais, na doação do papel alcalino necessário a sua confecção, enfatizando-se a importância da utilização de materiais de características ideais para a preservação do suporte da informação.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS Diretoria da AAB – 1993-95

Presidente: Lia Temporal Malcher

Vice-Presidente: Eliane Resende Furtado de Mendonça

1ª Secretária: + Laura Regina Xavier

2ª Secretária: Rosely Cury Rondinelli

1º Tesoureiro: Sergio Duayer Hosken

2º Tesoureiro: Ercília Lúcia Medeiros Kropf

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos
Helena Corrêa Machado (Presidente)
Adelina Maria Alves Novaes e Cruz
Daniela Francescutti Martins
Jerusa Gonçalves de Araújo
Maria Amélia Gomes Leite
Maria de Lourdes Costa e Souza
Marilene Leite Paes
Regina Alves Vieira

Suplentes Celia Maria Leite Costa Eliane Balbina F. Sales Luis Cleber Gac Maria Hilda Pinto de Araújo Mariza Battino Vitor Manuel Marques da Fonseca

CONSELHO FISCAL

Efetivos Elizabeth Cristina de Carvalho Ila de Souza S. Martins Marilúcia Ribeiro Pinheiro

Suplentes José Lázaro de Souza Rosa Maria Luiza Ferreira Lodi

CONSELHO EDITORIAL

Helena Corrêa Machado José Lázaro de Souza Rosa Maria Amélia Gomes Leite Maria Odila Kahl Fonseca Marilena Leite Paes Silvia Ninita de Moura Estevão

REDATORA CHEFE Rosely Cury Rondinelli

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS Rua da Candelária, 9 – sala 1004 20091-020 – Rio de Janeiro – RJ Telefone/Fax: (021) 233-7142

Filifold Documenta

O papel alcalino para conservação de arquivos.



☎ (021) 593-4247 Fax (021) 591-2441

EDITORIAL

JOSÉ LAZARO DE SOUZA ROSA Adviser and Honory Member of the Brazilian Archivists Association Consultant in the Micrografic Area

Man is at the treshold of a new period of technological innovation. Each day new discoveries are announced; it is felt that the main concern is with informal productivity, thus conditioning material productivity to a second level.

Therefore, information is at the centre of modern society's economic needs, and this is developed as a result of the production and use of information values.

The evolution of the information society is evidently characterized and therefore those who work with information – either using it, multiplying it or acting as its depository or guardian – are identified. Among the professionals who presently perform this relevant function stands the archivist, who plays a fundamental role, and is able to increase the boundaries of human knowledge.

According to Yoneji Masuda, a pioneer of computerization in Japan, the industry of knowledge develops after the information industry has already come into existence.

The archive professional stores information at all levels, preserving the past and influencing the planning of the present and the future. This is a difficult mission, and recognition of his importance is meagre, permanently obliging him to fight for a space which history has already recognized as his since the early existence of mankind.

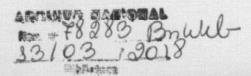
The modern archivist is the professional who must be up to date regarding the evolution of techniques, so much so because regulation of the profession itself (Law nr. 6,546 of July 4th, 1978) thus demands; for example, Art. 2 and Art. 3 specify his attributions and identify as his responsibilities the activities of micrographic services, automation and data electronic process, applied to archives.

To discuss the importance, to a larger or lesser degree, of this technology would now be harmless. The word at the moment is INTEGRATION, integration of new techniques, one complementing the other, adding up, growing without limits.

The development of a Nation is not proportional to its territorial dimensions, but to its capacity of research and consequent technological improvement. When adequately integrated, new technologies cause a rapid evolution in established concepts and procedures.

Within this scope, the Seminar INTEGRATION OF TECHNOLOGIES IN INFORMATION PROCESSING, an event to be promoted by the Association of Brazilian Archivists next 19-20 of May, in Rio de Janeiro, Hotel Novo Mundo, shall be a great opportunity for all archivists to recycle their knowledge. Eight highly experienced and qualified professionals shall submit and discuss matters regarding the modern techniques applied to archives. Events such as this are only the beginning of many others because the ABA is not only keen on the valorization of the archive professional, but also on the updating of his knowledge and specialization.

Do attend. Do take part.



5º CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS

LISBOA, 26/28 DE JANEIRO DE 1994

CONCLUSÕES FINAIS

 Foi uma vez mais sentida a necessidade da definição de uma política nacional de informação que estabeleça coerentemente as áreas de intervenção prioritária e rentabilize recursos humanos, materiais e financeiros;

 No âmbito temático do Congresso foi sentida a ausência de organismos institucionais capazes de coordenar uma política de cooperação com os países lusófonos no tocante a preservação e divulgação do patrimônio cultural e lingüístico comum;

3. Ainda no âmbito do multiculturalismo foi reforçada a idéia da necessidade de proceder, com a maior urgência, ao reforço da aquisição de bibliografia nacional e estrangeira tendo em vista a atualização das coleções das bibliotecas portuguesas:

4. Decorrente da discussão do tema central do Congresso considera-se fundamental proceder à revisão e atualização curricular dos atuais cursos de especialização na área de BAD, tendo em vista os novos níveis de exigência colocados aos profissionais desta área quer pelo tipo de serviços a prestar, quer pelo natural alargamento do mercado de trabalho a profissionais de outras nacionalidades:

5. A crescente importância que a informação vem tendo na sociedade atual reforça a necessidade de a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), ser reconhecida como consultor preferencial na definição de políticas para as áreas de Biblioteca, Arquivo e Documentação.

10º CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA

SÃO PAULO, 27 DE NOVEMBRO A 2 DE DEZEMBRO DE 1994 · Promoção: Associação dos Arquivistas Brasileiros/Núcleo Regional de São Paulo

*O número de adesões ao Congresso e aos eventos paralelos previamente estabelecidos levou-nos a procurar um local mais amplo para sua realização. Assim é que, ao invés do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como foi anunciado, optamos pelo Palácio de Convenções Anhembi (à Avenida Olavo Fontoura 1209), com dependências adequadas para as inúmeras atividades previstas e a vantagem de um auditório capaz de comportar confortavelmente o público das sessões plenárias.

A mudança de local, no entanto, implicou também a alteração de datas. Anteriormente programado para o período de 6 a 11 de novembro, o Congresso foi transferido para a semana que vai de 27 de novembro a 2 de dezembro.

Lembramos aos interessados, no entanto, que mantém-se o calendário anterior para efeitos de inscrição e pagamento, a serem efetuados no endereço da AAB/SP.

A Comissão Organizadora

Associação dos Arquivistas Brasileiros Núcleo Regional de São Paulo Diretora: Daíse Apparecida Oliveira Rua Roberto Simonsen, 136-B 01017-020 – São Paulo – SP Telefone: (011) 34-5431 V SEMINÁRIO SOBRE
AUTOMAÇÃO EM
BIBLIOTECAS E
CENTROS DE
DOCUMENTAÇÃO

19 A 22 DE JULHO DE 1994

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), convidam os profissionais da informação, bibliotecários, analistas de sistemas, gerentes de sistemas de informação, consultores e empresas comerciais a participarem e a apresentarem seus trabalhos ou exporem seus serviços no V Seminário sobre Automação em Bibliotecas e Centros de Documentação (SEAB).

O V SEAB será realizado no Auditório Central da UNIVAP em São José dos Campos, Estado de São Paulo, no período de 19 a 22 de julho de 1994.

Informações pelo telefone: (0123) 41-8977, ramal 202 ou 303.

ARQUIVOS, ESTRATÉGIAS PARA O SUCESSO

A Associação de Arquivistas de Lancashire fará realizar no período de 13 a 18 de setembro a 4ª Conferência Européia de Arquivos com o tema: "Arquivos, Estratégias para o Sucesso".

Maiores informações poderão ser obtidas no seguinte endereço:

Mr. Bruce Jackson
Local Organizer
Lancashire Record Office
Bow Lane, Preston PR 1 2RE
Lancashire
Telefone: (0772) 254868
Fax: (0772) 263050

IMPRESSO EM PAPEL ALCALINO FILISET TELADO 120 g/m²

Os Arquivos e as Novas Tecnologias

MARILENA LEITE PAES Conselheira e Membro Honorário da AAB Coordenadora da Consultoria Técnica da AAB

Na história da evolução da humanidade, duas fantásticas invenções podem ser apontadas como responsáveis pelos progressos técnicos, científicos e culturais alcançados pelo homem desde a sua origem até os nossos dias: a imprensa, em meados do século XV, e a informática no século atual.

Dispensável arrolar aqui as inúmeras modificações que foram sendo introduzidas no quotidiano das pessoas em decorrência dessas descobertas e seus desdobramentos em novas tecnologias, desenvolvidas num ritmo cada vez mais rápido, transformando-se num fenômeno complicado de administrar, visto que qualquer mudança requer um período próprio de assimilação e adaptação.

Certamente, esses fenômenos da modernidade – velocidade versus avanços tecnológicos – invadiram o universo daqueles que têm a informação como matéria-prima de seu desempenho profissional, dentre os quais estamos nós arquivistas, bibliotecários, documentalistas, analistas de sistemas e tantos outros

Essa nova realidade suscita nos espíritos curiosos e criativos inúmeras questões, muitas delas ainda sem respostas não só sobre o papel dos arquivos em face dos desafios tecnológicos do mundo contemporâneo como também sobre o perfil do profissional capaz de enfrentar tais desafios.

É inquestionável o fato de que, queiramos ou não, a tecnologia rompeu os esquemas tradicionais relacionados com a informação e com o documento, como resultado dos avanços obtidos na área das comunicações, da utilização de novos equipamentos e materiais, distintos dos convencionais (o pergaminho e, principalmente, o papel), tais como: filmes, vídeos, fitas audiomagnéticas, documentos informáticos, etc.

Ao arquivista, como profissional, cabe a obrigação de conservar, administrar e difundir toda e qualquer informação, independentemente de suas características físicas.

Sua responsabilidade pode ser considerada ainda maior em face aos riscos de perda das informações em virtude da fragilidade dos novos suportes, da falta de padronização de equipamento que permitam a recuperação das informações no futuro e, sobretudo, do desconhecimento por parte daqueles que criam esses novos documentos do valor que os mesmos representam para a história e funcionamento das organizações.

Na verdade, as primeiras preocupações comos acervos surgiram com a utilização em larga escala das aparentemente inofensivas máquinas de escrever eletrônicas que operam com fitas corretoras. Em conseqüência dessa facilidade, aboliu-se dos escritórios o uso do papel carbono que, comprovadamente, garante a legibilidade dos textos por longos períodos de tempo.

Assim, as tradicionais cópias de correspondências, de projetos, de estudos, de planos e programas, de contratos, de orçamentos, de normas e procedimentos, etc. foram substituídas pelas populares cópias termostáticas, mais conhecidas como xerox, que, sabidamente, apresentam dois problemas para os arquivos: legibilidade de curto prazo e aglutinação das folhas produzidas por esse processo. Antes do surgimento dos microcomputadores, utilizados para editar textos, e que, acoplados a impressoras matriciais ou a laser de alta resolução, produzem cópias de boa qualidade, substituindo as tradicionais cópias carbono ou xerox, muita documentação importante foi perdida para sempre.

Outra inovação atualmente utilizada com grande sucesso pelas organizações é o fac-símiles (fax), cuja legibilidade, entretanto, é pre vista apenas pelo período de três a cinco meses. Para conciliar essa nova e ágil tecnologia com a missão dos arquivos de preservar a memória de registros, de provas, de direitos ou meramente de informações substantivas, o procedimento que vem sendo adotado consiste em se remeter ao destinatário, via correio ou malote, o original do documento que foi objeto de uma transmissão via fax, imediatamente após a sua emissão. Com esta providência, agilizase o processo de decisão, preservando-se também a prova documental dos

atos administrativos que foram objeto da comunicação.

Quanto aos documentos audiovisuais, que reproduzem imagens fixas ou móveis (fotografias, filmes, vídeos, microfilmes), bem como registros sonoros (fitas audiomagnéticas, discos), resta ao arquivista providenciar para que as condições ideais de umidade e temperatura do meio ambiente sejam rigorosamente observadas para assegurar a perfeita conservação desses suportes, suscetíveis de deterioração quando armazenados em condições ambientais inadequadas.

Outra providência igualmente importante, de modo especial no caso de filmes, fitas magnéticas de computadores, fitas de vídeo ou sonoras, bem como de rolos de microfilmes, consiste na criação de mecanismos de controle de vigilância contínua, para proceder-se periódica e oportunamente ao rebobinamento do acervo, visando impedir a criação de bolhas, aglutinação ou colagem das películas e fitas.

Nos últimos dez anos, a explosão do uso de microcomputadores em todas as suas versões e aplicações, das mais simples como a edição de textos já aqui mencionados até as mais complexas, vem-se constituindo no mais fantástico de todos os instrumentos facilitadores do armazenamento, tratamento e recuperação de informações. Em contrapartida, se inadequadamente utilizados, poderão ser responsáveis pelo desaparecimento de registros e, conseqüentemente, colocar em risco a integridade dos acervos arquivísticos.

Concluindo, resta ainda mencionar as mais recentes tecnologias produzidas no mundo encantado da informática: o tratamento digital de imagens, seu armazenamento em disco óptico, que possibilita não só sua rápida recuperação, como sua visualização em vídeo ou ainda sua impressão em papel, muitas vezes com qualidade superior aos originais; as técnicas de fluxo de trabalho (workflow), que, através de software adequado, cria uma auto-estrada eletrônica, onde as imagens dos documentos trafegam veloz e automaticamente entre as estações de trabalho; a multimídia, que possibilita a combinação de sons, textos e imagens, em movimento ou não, oferecendo recursos cada vez maiores na área da informação, com reflexos imprevisíveis para o futuro da humanidade.

É preciso, porém, lembrar que tais avanços tecnológicos, ao lado das vantagens que oferecem, apresentam alguns problemas que mrecem reflexão e exigem soluções dentro de curto espaço de tempo. Dentre eles podemos registrar: falta de respaldo legal, no Brasil, que assegure o valor probatório dos registros contidos em suportes informáticos; baixa durabilidade dos materiais empregados, tornando necessária a transferência periódica das informações para outros suportes; obsolescência, em prazos de quatro a cinco anos, dos equipamentos necessários à leitura das informações armazenadas; falta de padronização na fabricação de equipamentos e suportes, limitando ou mesmo inviabilizando a interação dos recursos materiais disponíveis e, finalmente, os altos custos de conservação e manutenção física de acervos informáticos.

Isto posto, é fundamental deixar bem clara a nossa posição a propósito dos avanços tecnológicos que nos desafiam a todo instante. O trabalho nos arquivos deve ser desenvolvido sem preconceitos, e os arquivistas devem estar preparados profissionalmente para utilizar todos os meios disponíveis para se obter, rapidamente, informações confiáveis, precisas e completas.

As mudanças continuarão ocorrendo e sempre com grande velocidade, o que nos impede de profetizar sobre o futuro.

Se o século XIX caracterizou-se pela revolução industrial, o século XX será, com certeza, lembrado como o portal de entrada na era da revolução da informação.

BIBLIOGRAFIA

- 1. AVEDOM, Don M. Fluxo de trabalho (workflow); business process redesign -
- BPR. In: Mundo da imagem. São Paulo, CENADEM, N.1, JAN./FEV. 1994.

 2. GONZÁLEZ GARCÍA, Pedro. Los documentos en nuevos soportes. In: Boletim do Arquivo. São Paulo, Divisão de Arquivo do Estado, v.1, n.1, dez. 1992, p. 19-35.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. La informatica y su aplicacion en los archivos administrativos e historicos. In: Archivística general. Teoría y práctica. Sevilla. Diputación Provincial, 1991, p. 61-485.

It is needless to list here the innumerable modifications being carried out in everyday life as a result of these discoveries and the expansion into new technologies, which are being developed at an ever increasing pace. All this has therefore become a phenomenom that is difficult to administer, since any changes require their own period of assimilation and adaptation.

These phenomena of modernity - speed versus technological advances - have certainly invaded the world of those who have the information as raw material for their professional performance, in which we archivists, librarians, documenters, systems analysts and many others are included.

This new reality causes many issues to rise up in curious and creative minds; and many of these are without an answer, not only about the role of arhives vis a vis the technological challenges of the contemporary world, but also about

the profile of the professional who is able to face such challenges.

It is without doubt that, whether we like it or not, technology has disrupted the traditional schemes related to information and the document. This has been a result of advances made in the area of communication, of usage of new equipment and material, different from the conventional ones (parchment and mainly paper), such as films, videos, audiomagnetic tapes, computer files, etc.

The archivist, as a professional, has the obligation to preserve, manage and divulge any and all information, regardless of its physical characteristics.

His responsibility can be considered even higher due to the risks of loss of information, by virtue of the fragility of new back-up systems, the lack of standardized equipment which allow the recovery of information in the future and, mainly, the unawareness, on the part of those who create these new documents, of the value that the same represent to the history and functioning of the organizations.

In reality, the first concern with heritage emerged with the use, on a large scale, of apparently harmless electronic typewriters which operate with erasing tapes. As a consequence of this facility, offices have banned the use of carbon paper which guaranteed the legibility of texts for a long period of time.

Thus, the traditional copies of letters, projects, studies, plans and programs, contracts, budgets, norms and procedures, etc., were replaced by the popular thermostatic copies, better know as photocophies which meant two problems for archives; short time legibility and agglutination of the sheets produced by this process. Many important documents were lost for ever before the computers – which are used to edit texts and which, coupled to matrix printers or laser printers of high resolution, produce very good quality copies – definitively replaced the traditional carbon copies or

Another innovation presently used with great success by organizations is facsimiles (fax), the legibility of which, however, is to last only three to five months. In oerder to conciliate this new and agile technology with the mission of archives in preserving the memory of registrations, of proofs, of rights or simply substantive information, the precedure which has been adopted consists of sending to the addressee, by post or mail bag, the hard copy of the document which had been sent by fax, immediately after transmission. With this measure, the process of decision is speeded up, the documentary proof of administrative acts which were object of communication being also preserved.

With regards to audiovisual documents, which reproduce fixed or mobile images (photographs, films, videos, microfilms), as well as sound records (audiomagnetic tapes, records), the only thing the archivist can do is to provide that the ideal conditions of humidity and temperature of the environment are strictly observed in order to assure the perfect conservation of these, which are susceptible to deterioration when store in inadequate environmental conditions

Another equally important measure, especially with regards to films, magnetic tapes for computers, sound or video tapes, as well as microfilm rolls, consists of the creation of control mechanisms of continuous vigilance, to periodically, and in a timely way, carry out the rewinding of stored tape, aiming at preventing the creation of bubbles, agglutination or glueing of camera films or tapes.

Over the past ten years, the explosion in the use of computers in all their versions and applications, from the most simple ones – such as text editing already mentioned herein – to the most complex ones, constitutes the most fantastic of all instruments which facilitates the storage, treatment and recovery of information. On the other hand, if misused, they can be responsible for the disappearance of registrations and consequently, can jeopardize the integrity of archivistic

In conclusion, we have still to mention the most recent technologies produced in the enchanted world of information technology: the digital treatment of images, its storage on optical disk, which not only makes possible its quick recovery, but also its visualization in video or even its printing on paper, many times with a quality superior to the original work; workflow techniques which, through an adequate software creates an electronic highway where the images of the documents drive fast and automatically between work stations; multimedia, which allows the combination of sounds, texts and images, still or moving, offering more and more resources in the area of information, with unforeseen consequences for the future of mankind.

However, it is necessary to remember that such technological advances, together with the advantages that they offer, present some problems which should be thought about and demand solutions within a short period of times. Some of them are: the lack of legal support; in Brazil, that the value as a proof of the registrations contained in computerized files be secured; low durability of the material used, the periodic transfer of information to other supports being necessary; obsolescence, in periods of four to five years, of the equipment necessary to read the information stored; lack of standardization in the manufacturing of equipment and supports, limiting the same or making the interaction with available material resources impossible, and, finally, the high costs of conservation and physical maintenance of heritage.

Therefore, it is essential to make clear our position with regards to technological advances which challenge us all the time. Work in archives must be developed without prejudices and archivists must be professionally prepared to use all

available means in order to speedily obtain trustworthy, precise and complete information.

Changes will continue to occur and always at high speed, and this fact prevents us from foretelling the future If the nineteenth century was characterized by the industrial revolution, the twentieth century shall certainly be remembered aas the threshold to the information revolution era.

BIBLIOGRAPHY

1. AVEDOM, Don M. Workflow; business process redesign - BPR. In: Mundo da imagem. São Paulo, CENADEM, N.1,

JAN/FEB 1994.

2. GONZÁLEZ GARCÍA, Pedro. Los documentos en nuevos soportes. In: Boletim do Arquivo. São Paulo, Divisão de Arquivo do Estado, v. I, n. I, Dec. 1992, p. 19-35.

3. HEREDIA HERRERA, Antonia. La informatica y su aplicacion en los archivos administrativos e historicos. In:
Archivística general. Teoría y práctica. Sevilla, Diputación Provincial, 1991, p. 61-485.

Programa de Bolsas da Université de Montréal (1993-2001)

Graças ao apoio financeiro da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI), a Université de Montréal lançou um programa de oferta de bolsas de formação e de pesquisa para estudos em nível de pós-graduação dirigido à América Latina. Neste sentido, o programa espera dar aos estudantes latino-americanos a possibilidade de adquirir uma formação avançada dentro das disciplinas que correspondam melhor às necessidades prioritárias do desenvolvimento de seus países. A Université de Montréal deseja igualmente que este programa de bolsas contribua para consolidar seus laços de cooperação internacional com instituições da América Latina. Respeitando-se as devidas prioridades, espera-se que através deste programa, se possa estimular sobremaneira o acesso das mulheres aos estudos de pós-graduação. Este programa de bolsas se estende pelo período de oito anos, de 1993 a 2001, sendo que o número de bolsas pode variar de ano a ano segundo a qualidade dos dossiers apresenados e as disponibilidades financeiras do momento. O programa se dirige aos titulares de um diploma de graduação universitária ou de um mestrado. As disciplinas prioritárias são: informática, medicina veterinária, ciências do desenvolvimento urbano (arquitetura e urbanismo) e meio ambiente, e as ciências da saúde, educação, informação e comunicação, econômicas e sociais. Levando em consideração os laços de cooperação que a Université de Montréal já mantém com estabelecimentos da América Latina, o programa de bolsas privilegia candidatos da Argentina, Brasil, Chile e México. O estudante regulamente inscrito em qualquer programa da Université de Montreál deve demonstrar o domínio do idioma francês. Os candidatos deverão entregar os seus dossiers o mais tardar até o dia 1º de fevereiro de cada ano. Os formulários para as candidaturas dos interessados estão disponíveis na Embaixada do Canadá em Brasília ou nos NECs (PUC-PR, UFF, UFRGS e UNEB).

A arquivista Maria Teresa Navarro de Britto, que se encontra no Canadá cursando o Mestrado em Ciência da Informação na Universidade de Montreal, publicou artigo relativo à Associação dos Arquivistas Brasileiros no último volume do BEBSI, o jornal dos estudantes da Escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação daquela Universidade.

O artigo consta de um histórico da entidade, sua estrutura de funcionamento e as atividades que vêm sendo desenvolvidas pela atual Diretoria.

Os Documentos Privados

Há poucos anos o CPDOC do Rio de Janeiro organizou mesa-redonda onde questionamos a relação existente entre a fotografia e o direito autoral. Hoje vou tratar da carta-missiva. Creio que no acervo de um arquivo, seja um arquivo privado ou público, a importância da carta é considerável, e as consequências

jurídicas que ela acarreta são surpreendentes.

Na verdade vamos nos aproximar de um dos documentos mais ricos em implicações legais. Pode-se afirmar que toda carta está cercada por um triângulo: de um lado ela, enquanto suporte, pertence ao destinatário. O destinatário tem a propriedade material da carta, em regra escrita sobre papel. Mas o conteúdo da carta, este pertence ao remetente, que tem sobre ele um direito autoral. Bastaria isso para que tal documento tivesse um caráter sui generis: toda carta tem dois proprietários! Mas não é só: há um terceiro lado, onde fica o problema do segredo, pois em regra as cartas falam de negócios, saúde, vida amorosa, com referências frequentes a terceiros: aí reside todo um universo que a lei protege sob o nome de intimidade.

Vejamos um lado de cada vez.

Foi também num debate promovido pelo CPDOC. Um caso concreto estava preocupando a instituição: uma série de cartas de Monteiro Lobato lhe havia sido doada pelos sucessores do destinatário, e havia um interesse histórico e literário indiscutível em publicá-las. Lobato ainda não estava, como não está, em domínio público, ele morreu em 1948. Ficou então esclarecido que só com a autorização de seus sucessores, e com a devida cautela no que dissesse respeito à intimidade, elas poderiam vir a público.

Não deixa de ser interessante conhecermos o texto do contrato de doação que um proprietário de cartas pode fazer com a Fundação Getúlio Vargas. Assim diz a cláusula sexta:

'A presente doação implica autorização plena, permanente e geral do doador à donatária para consulta, utilização, divulgação e publicação de qualquer dos documentos que constituem o acervo doado, cedendo o doador à donatária os direitos, pretensões, e ações de natureza patrimonial de que seja titular por força das normas jurídicas em vigor."

Tal cláusula é habilmente redigida, porque se de início diz que a doação é plena, permanente e geral, na mesma frase diz que a donatária só terá direitos, pretensões e ações de natureza patrimonial de que o doador for titular por força das normas jurídicas em vigor. Isto é: exclui o que não lhe pertence. O que é natural: ninguém pode doar o que não tem.

Alguns arquivos são muito rígidos no que diz respeito ao acesso de consulentes às cartas de seu acervo, como é o caso do Museu Frederico Mistral, na França. Mas disso trataremos adiante.

Vejamos agora a propriedade imaterial que o remetente conserva. Permito-me citar, como epígrafe deste item, o que disse Vítor Hugo em 23 de setembro de 1875, ao fazer seu testamento literário. Encarregando Paul Meurice, Auguste Vacquerie e Ernest Lefèvre de publicar seus manuscritos, Hugo escreveu o seguinte:

'Meus três amigos, caso julguem acertado publicar minhas cartas depois que eu morrer, ficam expressamente encarregados por mim dessa publicação, em virtude do princípio de que as cartas pertencem não a quem as recebe, mas a quem as escreveu. Eles editarão minhas cartas, e serão juízes da conveniência e oportunidade dessa publicação.

Ao relacionar as obras protegidas pelo direito autoral, a

nossa Lei nº 5.988/73 diz o seguinte:

"Art. 6º - São obras intelectuais as criações do espírito de qualquer modo exteriorizadas, tais como: I - os livros, brochuras, folhetos, cartas-missivas e outros escritos.'

Vê-se, portanto, que as cartas são expressamente referidas, o que deixa indiscutível que ao remetente pertence a sua propriedade literária, científica e artística. E, como diz a Constituição, ao seu autor pertence o direito exclusivo de utilização, publicação e reprodução, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar (art. 5º, XXVIII).

A palavra exclusivo é muito importante, pois ela impede que o destinatário, ou terceiro, exerça o direito de autor durante o prazo de proteção que, segundo a regra brasileira, dura toda sua vida mais 60 anos. Só então cai em domínio público. O vínculo autoral é tão forte que, mesmo uma eventual autorização para que o destinatário publique a carta, ou faça uma citação, em nada influi sobre a propriedade literária, que continua a lhe pertencer na íntegra.

Uma questão surge agora: qualquer carta ou somente as que contiverem valor literário ou histórico estarão amparadas

pelo direito autoral?

O princípio é que são protegidas as "criações do espírito de qualquer modo exteriorizadas". Estas são as expressões da lei, mas não ajudam muito. Vinculá-las a um valor literário é julgarlhes o mérito; mas é vedado discutí-lo quando se fala em direito autoral. A correspondência de um pintor, por exemplo, pode não ter um grande valor literário. Mas terá um valor histórico, técnico, documental, humano, enfim, é todo um patrimônio que o direito autoral preserva em favor do remetente e sucessores. As cartas de Van Gogh, ou de Di Cavalcanti, são bons exemplos.

No século XVIII, quando se vinha construindo o direito autoral tal como hoje se concebe, cita-se o caso Pope v. Curl (Inglaterra, 17 de junho de 1741). Um livreiro chamado Curl conseguiu cartas de autores célebres e as publicou sem o consentimento dos interessados. O assunto chegou à Câmara dos Lordes, estabelecendo-se que o destinatário tem unicamente uma copropriedade com o autor da carta, e que o direito de publicação pertence ao remetente e não ao destinatário. De onde se vê que vem de longe um tradição protetora quanto às cartas dos homens célebres.

Mas, se o remetente não for célebre?

Há três posições teoricamente possíveis: 1ª) Nenhuma carta é protegida. 2ª) Todas as cartas são protegidas. 3ª) Algumas cartas

são protegidas.

Já vimos que a primeira hipótese está excluída. Se formos considerar a qualidade literária da carta, isso nos obriga a julgála, o que é vedado ao Juiz. Ademais, se todos os poemas são protegidos, sejam medíocres ou sem valor, por que só proteger as cartas bem escritas? Considerar a celebridade do remetente seria cometer erro ainda maior; que parâmetros teria o Juiz? A solução que resta é proteger todas as cartas. O texto da lei francesa deixa essa questão bem nítida.

"Art. 2º – As disposições da presente lei protegem os direitos dos autores sobre todas as obras do espírito, qualquer que seja o gênero, a forma de expressão, o mérito ou o destino.

Este ponto é fundamental. Não há razão para haver resistências com relação ao reconhecimento de um direito que já vinha expresso em nosso Código Civil:

"Art. 671 -

Parágrafo único - As cartas-missivas não podem ser publicadas sem permissão dos seus autores ou de quem os

É, portanto, uma tradição em nosso direito escrito: não importa o seu valor literário, técnico ou histórico; qualquer carta é protegida. Diga-se ainda: se ela foi utilizada, é porque houve um interesse. Por que negar ao autor a proteção desse interesse, que há de ser tanto moral quanto patrimonial?

A lei vigente não esquece as cartas quando declara:
"Art. 33 – As cartas-missivas não podem ser publicadas sem permissão do autor." (Lei nº 5.988/73).

Por que distinguir onde a lei não distingue? Todas as cartas são protegidas, seja o remetente até mesmo um incapaz, como um louco ou uma criança. De nada importa o merecimento de seu conteúdo, que pertence ao seu autor. Sempre.

Vejam que problema intrincado! Determinado arquivo é detentor de uma carta que lhe foi doada pelo destinatário ou seus sucessores. Ocorre que o direito autoral ainda pertence ao remetente ou seus sucessores. Pode o arquivo divulgá-la, copiála, exigi-la a pesquisadores, publicá-la, fazer citações? Em geral tais cartas são inéditas. Como proceder?

NEWTON PAULO TEIXEIRA DOS SANTOS Advogado e Professor da Escola de Comunicação

Agora é preciso conhecer um pouco o conteúdo do direito autoral. Ele é como uma moeda que tem cara (o direito moral) e coroa (o direito patrimonial). Com consequências diferentes, pois se este dura a vida do autor e mais 60 anos, os direitos morais pertencem infinitamente aos sucessores do autor, que podem preservar a paternidade da obra, sua integridade e seu ineditismo. Como pode um arquivo divulgar uma carta assim protegida? A questão é delicada e deve ser considerada com muito zelo, caso

Tome-se o exemplo de Mário de Andrade, que escreveu um número incalculável de cartas. Sua correspondência é um manancial fecundo que um dia vai contar a verdadeira história literária, social e política da primeira metade do nosso século. De vez em quando um de seus correspondentes publica-lhe as cartas, e os últimos foram os herdeiros de Câmara Cascudo. Mário teve a ventura de conhecer e saborear toda essa transparência, essa generosidade nordestina! Não foram só as frutas, as praias, a cozinha, os ritmos e os bordados do Nordeste que o encantaram, mas também a bravura de sua gente. Pois bem: para que essas cartas deliciosas viessem a público foi preciso que o Inventariante do autor (Mário morreu em 1945) permitisse. Ele poderia impedir, fazer exigências, é um patrimônio que lhe pertence. (Por sinal, deve haver nos arquivos de José Américo cartas que nós, marianos, estamos ansiosos por ver publicadas! Depois que o Inventariante de Mário autorizar...).

É tão importante esse direito, que o Museu Frederico Mistral, na França, adotou normas rígidas e me parece interessante

transcrevê-las aqui a fim de enfatizar o problema:

"Regulamento relativo à consulta e divulgação dos arquivos e correspondência conservados no Museu Frederico Mistral, em Maillane.

Art. 19-O presente regulamento foi feito para determinar as condições nas quais poderão ser consultados, doravante, os arquivos de Frederico Mistral e a correspondência recebida por

ele, conservada no Museu Municipal.

Art. 2º - Em virtude do art. 19 da Lei de 11 de março de 1957, e das indicações contidas na Carta nº 3.809 do Diretor Regional dos Negócios Culturais, datada de 23 de setembro de 1980, seguida da carta do Diretor-Geral das Coletividades locais datada de 5 de dezembro de 1980, é certo que o direito moral e o direito de divulgação das cartas recebidas por Frederico Mistral pertencem exclusivamente e imprescritivelmente aos herdeiros naturais ou testamentários de seus correspondentes. Os consulentes deverão, portanto, obter uma autorização formal e sem equívocos dos sucessores, a fim de obter cópias e a autorização deverá vir acompanhada de uma certidão qualificando o sucessor.

Art. 3º - Para permitir a boa conservação dos documentos as pesquisas serão efetuadas pelo Conservador, e as fotocópias dos documentos serão postas à disposição das pessoas autorizadas.

Art. 4º - Previamente à retirada dessas cópias, os consulentes deverão pagar uma taxa fixada por deliberação do Conselho Municipal.

Maillane, 12 de dezembro de 1980."

Vê-se que a questão é delicada. Os direitos são como as bruxas: podem não se apresentar, mas que existem, existem.

E ainda não falamos no terceiro lado do triângulo que envolve as cartas, que é a questão do segredo!

A Constituição preserva o princípio tradicional de que é inviolável o sigilo da correspondência (art. 5º, XII). Fechada ou aberta, mesmo depois de lida pelo destinatário, toda carta é

envolvida por uma proteção legal quase sagrada. E mais: a Constituição introduziu uma defesa à intimidade do indivíduo, que tem tudo a ver com a inviolabilidade da

correspondência. O art. 5º, X, diz o seguinte:

'São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano moral decorrente de sua violação:"

Claro que uma carta é um instrumento propício a essa violação a todo momento em que se revel o que seu autor, seu destinatário ou uma terceira pessoa referida pretendiam preservar. Ultimamente esse aspecto vem sendo catalogado como um direito da personalidade, e tanto cartas que falam da vida privada como de negócios são perigosos. Todo cuidado é pouco.

Vejam-se, por exemplo, as cartas que durante vinte anos trocaram Rilk e André Gide. Os organizadores da coletânea fizeram cortes necessários e uma advertência no Prefácio:

"Asseguramos ao leitor que não fizemos mais que dois ou três pequenos cortes, absolutamente inconsequentes para o valor das cartas, mas necessários por razões de ordem privada.

Outro exemplo (e são muitos!): no prefácio à correspondência entre Francis James e André Gide, lê-se o

seguinte:

"Não esconderemos que tivemos que vencer neste último (Gide) uma certa repugnância, sem podermos partilhar as razões, mesmo levando em conta os escrúpulos que ela exprimia. Repugnância que se inspirava na noção de um dever de discrição com respeit0o a um parceiro desaparecido mas responsável pela metade da empresa, e pelo medo de não fornecer interesse suficiente ao grande público. O primeiro argumento desapareceu com a eliminação de numerosas cartas. O segundo, deixaremos sem temor que os próprios leitores se manifestem.'

O arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo conserva toda a correspondência passiva de Mário de Andrade, em envelopes lacrados. Como se sabe, ele próprio determinou que somente 50 anos após sua morte tais cartas viessem a público, e isso acontecerá em breve, em 1995. Por que essa prudência? É que a delicadeza de Mário quis impedir que certas confidências que envolvessem amigos fossem publicadas, e estabeleceu um prazo que lhe pareceu razoável. Mesmo assim, creio, cada caso há de ser estudado diante dos fatos e da lei. No Brasil, a recente Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, estabelece em seu art. 23, § 3º:

"O acesso aos documentos sigilosos referentes à honra e à imagem das pessoas será restrito por um prazo máximo de 100

anos, a contar da data de sua produção."

Parece-me um tanto cruel estipular em 100 anos a duração máxima da honra de uma pessoa -, mas essa é uma discussão que extrapola este Painel.

Em conclusão, quero dizer que não há documento mais sugestivo e de consequências jurídicas mais ricas que a cartamissiva. O direito oferece ao remetente, ao destinatário e a terceiros

referidos uma série de garantias. E o que oferece ao arquivista? Uma série de problemas.

BIBLIOGRAFIA

ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito autoral. Rio de Janeiro, Forense, 1980, 372 p.

CHAVES, Antônio. Direito de autor I-Princípios fundamentais. Rio de Janeiro, Forense, 1987, 538 p.

FRANCON, André & GOYARD, Claude. Les correspondances inédites. Paris, Econômica, 1984, 388 p.

GÉNY, François. Des droits sur les lettres missives. Paris, Sirey, 1911, 2º v.

LINDON, Raymond. Dictionnaire juridique - les droits de la personnalité. Paris, Dalloz, 1974, 372 p.

SANTOS, Newton Paulo Teixeira dos. Carta e transgressão.

Tese doutorado. Escola Comunicação, UFRJ, 1990.

. "A carta e o crime". In: Revista de Informação Legislativa. Subsecretaria de Edições Técnicas, Senado Federal. 27(108): 207-20.

Vida privada e informação. Dissertação de mestrado. Escola Comunicação, UFRJ, 1987.

ALCALINO FILISET TELADO 120 IMPRESSO EM PAPEL

^{*} Comunicação levada ao III Encontro de Arquivos Privados do Brasil, realizado em João Pessoa de 15 a 17 de junho de 1992.

FÓRUM DOS ARQUIVISTAS LUSÓFONOS

ESTATUTOS

DA FINALIDADE

Art. 1º - O Fórum dos Arquivistas Lusófonos, entidade de direito privado, sem fins Jucrativos, é uma organização criada para estimular o intercâmbio profissional entre os Arquivistas de Língua Portuguesa.

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - O Fórum terá os seguintes objetivos:

I – recensear profissionais com vistas à divulgação de "Quem é Quem" na Arquivística de cada país participante;

 II – recensear instituições arquivísticas com o objetivo de preparar e editar um Guia de Arquivos de Língua Portuguesa;

III – harmonizar (constituindo grupos de trabalho) a terminologia arquivística em língua portuguesa;

IV – disseminar, através de um Boletim, bibliografias gerais e especializadas;

 V – estimular os seus membros a organizar intercâmbios regulares entre os profissionais dos diferentes países, através de estágios, cursos, seminários e congressos.

DA SEDE

Art. 3º – O Fórum terá por sede o país membro eleito para presidir o Fórum onde deverá estar instalada a Comissão Executiva.

§ único – A Comissão Executiva funcionará junto da Associação Nacional de Arquivistas ou, na sua inexistência, junto do Arquivo Nacional ou de Instituições afins.

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º – São membros do fórum todos os arquivistas de língua portu-

Art. 5º – O Fórum terá uma Comissão Executiva composta de um presidente, um vice-presidente, dois secretários e um tesoureiro, eleita por maioria simples de votos dos membros presentes ao Fórum, com mandato de 4 anos.

Art. 6º-O Fórum reunir-se-á ordinariamente, pelo menos uma vez por ano, em data e local que estabelecer, e, extraordinariamente, desde que necessário. As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser convocadas pela Comissão Executiva.

Art. 7º - Compete à Comissão Executiva:

I - coordenar os trabalhos do Fórum;

 II – acompanhar junto aos órgãos responsáveis pela política arquivística o cumprimento das recomendações aprovadas em plenário;

III – coordenar os trabalhos administrativos para a realização dos eventos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º – O Fórum reunir-se-á para discutir os temas previamente definidos e analisar os resultados da aplicação das atividades desenvolvidas nos países oriundos das execuções, objetivos e conclusões anteriores.

Art. 9º - Todos os encontros serão registrados em Ata.

Art. 10º – Os casos omissos serão decididos pela maioria simples dos membros presentes no Fórum.

FAL 2ª Reunião

Em 28 de janeiro de 1994, realizouse, na cidade de Lisboa, Portugal, a 2ª Reunião do Fórum dos Arquivistas Lusófonos, como evento integrante do 5º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, sob a presidência da Srª Lia Temporal Malcher no comando da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

A solenidade de abertura contou com as presenças do Sr. Jorge Sampaio, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, do Sr. Pedro Bretas, Conselheiro da Embaixada do Brasil em Portugal, e da Srª Maria Madalena Garcia, Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.

Secretariada pelo historiador e arquivista Paulo Leme, a Reunião teve a participação dos representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal e, São Tomé e Príncipe, além de um número expressivo de arquivistas desses países. Graças ao patrocínio da Câmara Municipal de Lisboa, os representantes dos países africanos puderam estar presentes à Reunião.

Além da aprovação dos Estatutos, foram tratados relevantes assuntos ligados ao Recenseamento dos Profissionais de Arquivo, à compatibilização da terminologia arquivística, à preservação e gestão de documentos administrativos, ao tratamento automatizado da documentação, à microfilmagem e à elaboração de bibliografias geral e temáticas, em língua portuguesa, na área da Arquivologia.

Como elemento propulsor do intercâmbio técnico-cultural entre os países lusófonos, está o sentido de cooperação que deve reger as relações entre os profissionais de arquivo.

No momento em que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa se encontra em vias de se concretizar, o Fórum dos Arquivistas Lusófonos em virtude de seus objetivos e finalidades, se insere como uma das entidades representativas no âmbito da documentação e da informação.

FAL MEMBROS DA ATUAL COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Lia Temporal Malcher Vice-Presidente: Eliana Resende Furtado de Mendonça

1ª Secretária: Marilena Leite Paes 2ª Secretária: Daniela Francescutti Martins

Tesoureiro: Sérgio Duayer Hosken

FAL - 2ª REUNIÃO

RECOMENDAÇÕES

O Fórum dos Arquivistas Lusófonos, reunido em Lisboa, no dia 28 de janeiro de 1994, com a participação de representantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

CONSIDERANDO

1. que a lusofonia é uma realidade inquestionável no cenário internacional;

2. que os países lusófonos constituem uma comunidade que se expressa no mesmo idioma, terceiro mais falado do mundo, abrigando uma população de cerca de 210 milhões de pessoas;

3. que afinidades históricas e culturais levam à convergência de esforços na intensificação de mecanismos de cooperação e intercâmbio voltados para a salvaguarda de seus acervos documentais de caráter arquivístico.

RECOMENDA

1. que os órgãos governamentais responsáveis pela política arquivística sejam alertados para a necessidade de:

 envidarem todos esforços possíveis para a formação profissional, através da criação de cursos de graduação e especialização na área arquivística de cada país;

garantiar as condições adequadas à preservação do patrimônio arquivístico e

ao seu acesso por parte dos cidadãos;

 promover formas de cooperação e de intercâmbio técnico-cultural entre os países lusófonos, em áreas de interesse comum, nomeadamente História das Instituiões, Gestão de Documentos, Tratamento Automatizado da Documentação, Microfilmagem, Conservação e Restauro;

2. que a Comissão Executiva do Fórum dos Arquivistas Lusófonos, criado para desenvolver projetos de cooperação arquivística de interesse internacional, deverá iniciar um processo de definição dos seus Estatutos junto ao Conselho Internacional

3. que os arquivistas lusófonos sejam conscientizados da necessidade de participarem ativamente do Fórum, colaborando com a Comissão Executiva na difusão da informação arquivística através:

 da elaboração de Guias Especializados de Fontes Arquivísticas Comuns, da Microfilmagem e de Fundos Complementares, do intercâmbio de Instrumentos de Descrição Documental e

da elaboração de bibliografias temáticas, da tradução de normas e manuais

técnicos e da participação no Boletim Bibliográfico do Fórum.

O Fórum dos Arquivistas Lusófonos escolheu Cabo Verde/Cidade da Praia, para a realização da 3ª Reunião do Fórum de 1995 e Macau como local para a realização da 4ª Reunião do Fórum de 1996, em data imediatamente anterior ao XIII Congresso do Conselho Internacional de Arquivos, que terá lugar em Pequim, China.

MOÇÕES

Os participantes do Fórum dos Arquivistas Lusófonos apresentam congratula-

· ao Excelentíssimo Presidente da República Federativa do Brasil, Dr. Itamar Franco, e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Portuguesa, Dr. Mário Soares, pelas ações empreendidas em prol da institucionalização da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa;

 ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Jorge Sampaio, pela destinação dos recursos financeiros necessários ao transporte e a estadia dos arquivistas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique e São Tomé e Príncipe bem como pela disponibilização do Padrão dos Descobrimentos para a realização da 2ª Reunião do Fórum dos Arquivistas Lusófonos:

 ao Excelentíssimo Senhor Embaixador do Brasil em Portugal, Dr. José Aparecido de Oliveira, grande articulador do projeto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e um dos idealizadores do Instituto Internacional de Língua Portu-

• à Srª Maria Manuela Prates, presidente do 5º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, pela fraternal acolhida e pela inserção do Fórum dos Arquivistas Lusófonos como evento do 5º Congresso; e

 aos arquivistas portugueses Maria Madalena Garcia, Cecília Henriques, José Citra Martinheira e Miguel Infante, pela colaboração e inestimável apoio prestados à Associação dos Arquivistas Brasileiros na organização da 2ª Reunião do Fórum dos Arquivistas Lusófonos.

BIBLIOGRAFIA

A AAB e os países membros do Fórum dos Arquivistas Lusófonos farão um levantamento bibliográfico envolvendo livros e periódicos em língua portuguesa ou traduzidas para o português.

Tal levantamento terá como objetivos facilitar o intercâmbio entre os países lusófonos e permitir, futuramente, a edição de uma bibliografia geral na área da Arquivologia.

A AAB pede que todos colaborem fazendo seu levantamento e enviandoo à sede.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros depende basicamente das contribuições dos seus associados. Assim sendo, procure manter em dia o pagamento da sua anuidade. Lembre-se de que a AAB somos todos nós.

PUBLICACÕES A VENDA NA SEDE DA AAB:

-Revista: DOPS. A lógica da desconfiança. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- Livro Noções de Paleografia e Diplomática. João Eurípedes Franklin Leal e Ana Regina Berwanger.

DIVULGUE A SUA EMPRESA, ANUNCIE NO NOSSO BOLETIM.

Tel/Fax: (021) 551-0748

MPRESSO EMPAPEL ALCALINO FILISET TELADO

NÚCLEOS REGIONAIS

ALAGOAS

Geraldo da Silva Filho Caixa Postal 217-51011 Maçeió – AL Fone: (082) 325-2183

BAHIA

Lucia Maria Ruas Gaspar Rua J. Castro Rebello nº 1 Pelourinho Salvador – BA CEP 40025-160 Tel.: (071) 321-8023 (071) 245-2175

BRASÍLIA

Eloisa Rocha Pereira SCLN, 104 – Bl. A – A – S. 115 Fone: (061) 225-8728 Brasília – DF CEP 70733-500

CEARÁ

Aureolino Agostinho Araújo Rua Napoleão Laureano nº 383 Bairro de Fátima Fortaleza – CE CEP 60411-170

ESPÍRITO SANTO

Solange Barros Garcez Av. Vitória nº 780 Forte São João Vitória – ES CEP 29010-580 Fone: (027) 225-4922 – Ramal 133 (027) 223-2952

MARANHÃO

Maria de Lourdes Oliveira Mendes Rua dos Ipês nº 8 – aptº 404 Renascença São Luis – MA CEP 65075-200 Fone: (098) 227-2975

MATO GROSSO

Heitor Correa da Rocha Arquivo Público do Mato Grosso Secretaria de Administração Bl. 3 Cuiabá – MT CEP 78025-280 Fone: (065) 312-8008 (065) 322-5248

MINAS GERAIS

Achiles Mauro M. de Castro Leite Rua Aimoré nº 1450 Bairro de Lourdes Belo Horizonte – MG CEP 30140-071 Fone: (031) 226-8422 (031) 226-8224

PARÁ

No dia 30 de novembro de 1993 tomou posse a nova Diretoria do Núcleo Regional do Pará, biênio 1993-1995, ficando assim constituída:
Diretora: Maria das Graças Ferreira Albuquerque
Vice-Diretora: Paulo Sérgio Seabra Gomes

Secretária: Ana Negrão do Espírito Santo Tesoureira: Vera Lúcia Souza Almeida

Arquivo Público do Pará Travessa Campos Sales, 273 Belém – PA CEP 019-050 Tels.: 241-9700/241-4046/241-9097

PERNAMBUCO

Angela Cristina M. do Nascimento Arquivo Público Estadual Rua do Imperador nº 371 Santo Antônio Recife – PE CEP 50781-000 Fone: (081) 224-0620/224-9848 (081) 429-1940 (Enemerson)

RIO GRANDE DO NORTE

Maria do Céu de Brito V. Soliz Arquivo Público Estadual do RN Av. Prudente de Moraes nº 1396 Lagoa Seca Natal – RN

CEP 59040-360 Fone: (084) 223-1365

RIO GRANDE DO SUL

Clara Marli S. Kurtz
Faculdade de Arquivologia
Rua Floriano Peixoto nº 1184
Sala 302
Santa Maria – MS
CEP 97015-360
Fone: (055) 222-3444

SANTA CATARINA

Ana Maria Soares Martins de Araújo TRE – Arquivo Rua São Francisco Florianópolis – SC

SÃO PAULO

Daise Apparecida Oliveira Rua Roberto Simonsen nº 136-B São Paulo – SP CEP 01017-020 Fone: (011) 34-5431

SERGIPE

Maristher Vasconcelos Garcia Rua Alto da Bela Vista nº 72 Atalaia Velha Aracajú – SE CEP 49070-430 Fone: (079) 224-8008 ramal 287 (079) 223-1667

Seminário "Integração de tecnologias no processamento da informação"

A Associação dos Arquivistas Brasileiros estará promovendo nos dias 19 e 20 de maio, das 9:30 às 18:00, no Hotel Novo Mundo, o Seminário intitulado: "Integração de tecnologias no processamento da informação".

O evento, que reunirá profissionais de reconhecida competência no âmbito da Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Administração e Informática, apresenta os seguintes objetivos e programação:

Objetivos

- Objetivo Geral

 Transmitir conhecimentos aos profissionais das áreas de Arquivo, Biblioteca e afins sobre o uso das tecnologias avançadas no processamento da informação bem como sobre a renovação acelerada desses recursos.

- Objetivos específicos

 estimular o debate sobre o adequado uso das tecnologias nas áreas de documentação arquivística e bibliográfica;

 permitir a avaliação do impacto da aplicação das tecnologias na armazenagem e na recuperação da informação;

 proporcionar a discussão sobre os aspectos legais do uso da informação automatizada:

 oferecer subsídios na questão da qualidade aplicada ao gerenciamento da informação.

Programação

Dia 19 de maio:

08:30-09:00 Entrega de pastas e crachás

09:30-09:30 Abertura do Seminário

09:30-11:00

Palestra: Automação: quando, como e com que ferramentas Palestrantes: Marcio Calabria (ITI Elias

Palestrantes: Marcio Calabria (ITI Elias do Brasil), Miriam Couto (ITI Elias do Brasil)

11:00-11:30 Intervalo para café

11:30-13:00

Palestra: Como divulgar informações através da multimídia

Palestrante: Daniela Del Corona (D'Imagem)

Coordenador das sessões da manhã: Marilena Leite Paes (ex-Presidente e Membro Honorário da AAB)

13:00-14:30 Almoço 14:30-16:00

Palestra: A disseminação da informação no gerenciamento da qualidade Palestrante: Francisco Rondinelli (Comissão Nacional de Energia Nuclear)

16:00-16:30 Intervalo para café

16:30-18:00

Palestra: A legalidade do uso da informação automatizada

Palestrante: Mariza T. D. Rossi (Associação Brasileira dos Advogados de Informática ABDI)

Coordenador das sessões da tarde: José Lázaro de Souza Rosa (Conselheiro e Membro Honorário da AAB)

Dia 20 de majo

09:00-10:30

Palestra: A documentação eletrônica e seus efeitos de armazenamento Palestrante: Roberto Watanabe (Kodak Brasileira Com. Ind. Ltda.)

10:30-11:00 Intervalo para café

11:00-12:30

Palestra: Processamento de imagem para escritório: uma estratégia de armazenamento e recuperação

Palestrante: Alexandre Saldanha Marinho (SMI Software Marketing International)

Coordenador das sessões da manhã: Affonso Celso Mendonça de Paula (Decano do Centro de Ciências Humanas UNI-RIO)

12:30-14:00 Almoço

14:00-15:30

Palestra: Microfilmagem COM no contexto das novas tecnologias

Palestrante: Valdeci Luiz da Silva (DATAPHIL)

15:30-16:00 Intervalo para café

16:00-17:30

Palestra: A dificil corrida contra o tem-

Palestrante: Nisiclér Moreira Figueira (Centro de Documentação da Rede Glo-

Coordenador das sessões da tarde: Jaime Antunes da Silva (Diretor Geral do Arquivo Nacional)

17:30-18:00

Encerramento do Seminário

Maiores informações na sede da AAB com Ricardo, das 9:00 às 18:00, no telefone/fax (021) 233-7142.

CURSOS

AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS E TABELAS DE TEMPORALIDADE

CONTEÚDO

I - Administração de arquivo

- Arquivo: conceito, finalidade, função, princípios arquivísticos, teoria das três idades

Levantamento de dados sobre a estrutura, alterações, objetivos e funcionamento da instituição.

 Identificação das normas de arquivamento, manuais de procedimentos, códigos de classificação e métodos de arquivamento.

- Identificação e quantificação do acervo documental e seu estado de conservação.

II - Análise, avaliação e destinação de documentos

 Conceituação, objetivos, valoração e características dos documentos de guarda eventual, temporária e permanente.

- Comissão de Análise de Documentos: conceituação, constituição e finalidade.

 Legislação: prazos previstos para guarda de documentos e prazos prescricionais de direitos.

Valores administrativo, probatório e histórico do documento.

- Recursos humanos, físicos e financeiros

Utilização de tecnologias avança-

Procedimentos para a transferência/recolhimento de documentos.

Eliana Balbina Flora Sales (Museu Histórico Nacional)

Maria Hilda Pinto de Araujo (Fundação Getúlio Vargas)

Marilena Leite Paes (Consultora Técnica na Area Arquivística)

Período: 06 a 17 de junho

Horário: 9:00 às 12:00 horas (30 horas

Local: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - Rua Amoroso Lima, 15 (Metrô Praça Onze)

Taxa de inscrição: 50 URV (não associado), 40 URV (associado), 25 URV (estudante)

Vagas limitadas

Obs.: Será conferido certificado cada participante receberá pasta com material didático.

VII CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS

OBJETIVOS

Capacitar pessoal de nível superior para atuar na área de administração de arquivos e organização de documentos de arquivos corrente, intermediário e permanente, do setor público e privado. Proporcionar conhecimentos de caráter teórico e técnico na área de Arquivologia. Fornecer elementos de Documentação, Administração e História para embasamento na organização de arquivos.

HORÁRIO: 8 às 12h; 13h30 às 17h30 INSCRIÇÕES: 12/7/93 a 22/7/93 – no

local ou por correio.

Curso de Arquivos - Setor de Difusão Cultural do Instituto de Estudos Brasi-leiros - USP

Av. Prof. Mello Moraes, trav. 8, nº 140 CEP 05508-900 São Paulo – SP Tel.; 815-3106 ou 211-0011, r.3211/3227

REQUISITOS

Cópia do diploma de nível superior

Curriculum vitae

Ficha de inscrição preenchida

SELEÇÃO: 26/7/93

MATRÍCULA: 27/7/93 a 2/8/93 TAXA: 04 salários mínimos (valor de julho/93)

FREQUÊNCIA MÍNIMA: 70% das

Nº VAGAS: 25

PROGRAMA

- Gestão de documentos I
- · Gestão de documentos II
- Arranjo e descrição
- Administração
- Notariado
- Arquivo de empresa
- Metodologia da pesquisa histórica
- Evolução administrativa do Brasil
- Paleografia e diplomática
- Análise documentária Documentos especiais
- · Microfilmagem
- Informática
- Conservação e restauração de documen-
- · Estágio em arquivo corrente
- Estágio em arquivo permanente

CORPO DOCENTE: Professores da USP e especialistas de entidades públicas e privadas

DIREÇÃO: Prof. Dr. José Sebastião

COORDENAÇÃO DO CURSO: Professoras Dras. Heloísa Liberalli Bellotto e Yédea Dias Lima

COORDENAÇÃO ADMINISTRA-TIVA: Maria Teresa Jóia

120 ALCALINO FILISET TELADO PAPEL EM IMPRESSO A AAB agradece o apoio da Memoteca Fink prestado por ocasião da mudança de sua sede. A Fink, além de colaborar com o transporte dos móveis e equipamentos, doou caxias para o acondicionamento do acervo a ser transportado.

A SUA EMPRESA TEM
UM ARQUIVO INFORMATIZADO
GUARDADO EM CAIXAS
NUMERADAS
COM LEITURA ÓTICA,
EM ESTANTES APROPRIADAS,
COM COMPLETO
SISTEMA DE SEGURANÇA,
INCLUINDO BOMBEIROS
24 HORAS/DIA
E PESSOAL ESPECIALIZADO?

CASO ELA TENHA TUDO ISSO, LIGUE.

A MEMOTECA FINK FICARÁ
IMENSAMENTE FELIZ
EM CONHECER UMA EMPRESA
QUE LEVA A SÉRIO
O SEU ARQUIVO INATIVO.

MEMOTECA =FINK

Guardar seus documentos é o nosso negócio.

São Paulo: (011)706.6040 • Rio de Janeiro:(021)220.9665 • Porto Alegre: (051)343.8106